

EXAME DE ORDEM - OAB/MG
2ª Etapa
22/04/2001

PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO COMERCIAL

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

Valor: 5,0 Pontos

2ª Parte - Resposta à cinco questões práticas

1) Valor: 1,0 ponto

2) Valor: 1,0 ponto

3) Valor: 1,0 ponto

4) Valor: 1,0 ponto

5) Valor: 1,0 ponto

INSTRUÇÕES:

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças processuais, cadernos de notas e apostilas, livros com perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;**
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.**

1ª Parte - PEÇA PROFISSIONAL

No caso de falência ou concordata, as quantias adiantadas por conta do valor do contrato de câmbio, podem ser objeto de pedido de restituição? Emitir parecer em caso de entender que não cabe pedido de restituição ou elaborar a petição, com observância de todos os seus requisitos, caso entenda cabível o pedido.

2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS:

1. Três pessoas constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com capital total de 600.000. Os sócios **A** e **B** subscrevem e integralizam suas respectivas quotas, de 200.000, cada uma. O sócio **C** torna-se remisso, porquanto no prazo estipulado, não integraliza 100.000 de sua quota no capital social. Verificada a insolvência da sociedade, esgotados os bens particulares de **C**, quais medidas podem ser adotadas contra **A** e **B** em defesa do credor?

2. Perdido o direito à execução, por decadência ou prescrição, qual medida judicial pode ser adotada contra o emitente ou aceitante?

3. Acionistas dissidentes de um sociedade incorporada desejam pleitear em juízo a declaração de nulidade da assembléia geral da sociedade incorporadora, que aprovou o

laudo de avaliação do patrimônio líquido da incorporada. É possível? Justificar!

4. O falido pretende formular pedido de concordata suspensiva. Como proceder?

5. Autor de descoberta pretende obter a tutela da Lei da Propriedade Industrial. Definindo o que é descoberta, dizer se é possível. Justificar!

BOA SORTE!!!

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
22/04/2001**

**PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO DO TRABALHO**

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

Valor: 5,0 pontos

2ª Parte - Resposta à cinco questões práticas

1) Valor: 1,0 ponto

2) Valor: 1,0 ponto

3) Valor: 1,0 ponto

4) Valor: 1,0 ponto

5) Valor: 1,0 ponto

INSTRUÇÕES:

- a) **Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros com perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;**
- b) **Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.**

1ª Parte - PEÇA PROFISSIONAL

Na cidade de Bandeira do Sul, Minas Gerais, o Juiz de Direito da Comarca, por não

existir Vara do Trabalho, instruiu e julgou, após resultarem frustradas as duas tentativas legais de conciliação, ação trabalhista entre a Fazenda Maravilha da Serra Agropecuária Limitada e o empregado José Severino Duarte.

Conforme se verifica do Processo n. 376/2000, a decisão, publicada no dia 6 de abril de 2001, julgou procedente o pedido, para condenar a ré ao pagamento de saldo de salários, horas extras e adicional, férias acrescidas do terço constitucional, 13º salário, FGTS e multa fundiária, mais custas processuais de R\$ 500,00, a cargo da empregadora.

Inconformada, a ré recorreu, alegando que o Juiz, por não ser magistrado especializado, cometeu vários erros de procedimento e de julgamento, não apreciando devidamente a prova e aplicando muito mal o Direito do Trabalho Rural à espécie, cometendo inominável injustiça contra a empregadora. Suscitou preliminares de cerceamento de prova com pedido de anulação da sentença, e, no mérito, pediu o provimento do recurso, a fim de que a empresa restasse absolvida da condenação a que ficou sujeita, com a inversão do ônus das custas.

Examinando a petição do recurso, o MM. Juiz de Direito, em juízo de admissibilidade, não admitiu o recurso interposto, denegando-lhe seguimento, por deserto, ao fundamento de que, embora apresentado antes da fruição de todo o prazo, oito dias, o recorrente deixou de instruir a peça recursal, quando da protocolização do recurso, com os comprovantes do depósito recursal e do recolhimento das custas judiciais.

Como advogado da Fazenda Maravilha da Serra Agropecuária Limitada formalizar, no prazo legal, a medida adequada contra a decisão do MM. Juiz de Direito de Bandeira do Sul que inadmitiu o recurso da ré.

2ª Parte - QUESTÕES PRÁTICAS

- 1ª) Qual é a diferença entre conflitos coletivos e conflitos individuais de trabalho?
- 2ª) Quais as características que tipificam o empregado para todos os fins da relação de emprego?
- 3ª) Qual o recurso cabível contra a decisão definitiva do Tribunal Regional do Trabalho que julga dissídio coletivo e qual o prazo para interposição?
- 4ª) No procedimento sumaríssimo, se a petição inicial não indicar os valores dos pedidos, qual a consequência?
- 5ª) O TST tem competência originária para julgar dissídio coletivo? Justifique.

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

Valor: 5,0 pontos

2ª Parte - Resposta à duas questões práticas

1) Valor: 2,5 pontos

2) Valor: 2,5 pontos

INSTRUÇÕES:

- a) **Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros com perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;**
- b) **Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.**

1ª Parte - PEÇA PROFISSIONAL

A Universidade Federal de Minas Gerais importou equipamentos destinados ao Instituto de Ciências Biológicas da UFMG.

A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais exigiu o ICMS na importação dos equipamentos, no momento do desembaraço aduaneiro.

Elaborar a peça processual cabível, na condição de Advogado da Universidade Federal de Minas Gerais, em relação à exigência do ICMS.

2ª Parte - QUESTÕES PRÁTICAS:

- 1 - Qual é a natureza jurídica da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS?**

- 2 - Os tributos podem ser aumentados através de Medida Provisória? Justificar.**

BOA SORTE!!!

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
22/04/2001**

**PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO PENAL**

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

Valor: 5,0 pontos

2ª Parte - Resposta à duas questões práticas

1 - a) Valor: 1,5 pontos

b) Valor: 1,5 pontos

2 - a) Valor: 2,0 pontos

INSTRUÇÕES:

a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros com perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;

b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

1ª Parte - PEÇA PROFISSIONAL

O representante do Ministério Público, ofereceu denúncia, narrando em síntese o seguinte:

" (...) No dia 22 (vinte e dois) de novembro de 2.000, por volta das 21:00 (vinte e uma) horas, nesta Comarca de Barão do Rio Branco, José da Silva, já qualificado, de 20 (vinte) anos de idade, seduziu sua colega Maria Imaculada, de 17 (dezessete) anos, pobre, segundo declaração expressa de seus pais, que regularmente aviaram a devida representação, com quem mantinha um relacionamento de amizade. Para tanto, convidou-a

para acampar nas margens de uma cachoeira no distrito de Água Limpa, e lá, aproveitando-se da situação, manteve com a vítima relações sexuais que foram atestadas pelo ACD de fls. e fls., que comprovam, inclusive, a sua condição de moça virgem antes daquela relação.

(...) Com tal procedimento, acha-se José da Silva incurso nas sanções do art. 217 do CP, motivo pelo qual a denúncia deve ser recebida e, ao final devendo o ora denunciado ser condenado.”

No decorrer da instrução processual, ficou patenteadado por depoimentos de testemunhas e, até mesmo pelo depoimento da vítima, que ela é moça esclarecida quanto aos fatos da vida em geral, sendo estudante de segundo grau, tendo noção completa do que representa manter relações sexuais na idade em que se achava.

Provado que nenhuma violência viu-se praticada por parte do réu e, segundo a própria Maria Imaculada, *“(...) a relação se deu porque eu também estava a fim”*.

Encerrada a referida instrução, nada requerendo as partes na fase do art. 499/CPP, o Promotor de Justiça, em suas alegações, insiste na procedência da acusação, estando agora, os autos com vista à defesa para os fins do art. 500 do Código de Processo Penal.

PEDE-SE: Elabore as alegações finais, com o devido e completo encaminhamento, alegando toda a matéria de natureza penal e porventura processual aplicável ao caso proposto.

ÁREA: DIREITO PENAL

2ª Parte - QUESTÕES PRÁTICAS:

1 . Mévio foi condenado (sentença transitada em julgado) nos autos do processo nº. 1234/99, como incurso nas sanções do art. 299, *caput*, do Código Penal, com pena concretizada em 1 (um) ano de reclusão, por fato ocorrido em 25 (vinte e cinco) de julho de 1.999. Foi também condenado (sentença transitada em julgado), agora nos autos do processo nº. 5678/00, novamente como incurso nas sanções do mesmo art.

299/CP, com pena agora concretizada em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão, sendo o fato datado de 17 (dezesete) de dezembro de 2.000. Consta que as infrações foram praticadas nas mesmas circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, uma como continuação da outra, razão por que foram as penas unificadas, reconhecendo-se a continuidade delitiva, ficando ao final em 2 (dois) anos de reclusão. Mévio pretende o benefício da Lei 9.714/98. Pergunta-se:

- a) Perante qual juízo deverá ser formulado o pedido?
- b) Preenchidos os requisitos de ordem subjetiva, poderá Mévio ser contemplado pela substituição da pena, conforme previsto na Lei 9.714/98? Justifique a resposta.

2. O i. Magistrado da Comarca de Visconde de Sabugosa, em Minas Gerais, ao fim do processo, prolatou *decisum* condenatório em desfavor do réu Antônio de Souza pela prática do crime inscrito no art. 155, *caput* do Estatuto Penal pátrio, tendo assim se pronunciado quando da fixação da pena privativa de liberdade:

"(...) Isto posto, julgo procedente a denúncia do ilustrado representante do Ministério Público, condenando o réu já devidamente qualificado nestes autos pelo crime disposto no art. 155, caput, do CP, passando à dosimetria da reprimenda penal.

'Atendendo a que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos determinantes do crime são péssimos, de sorte que desfavoráveis ao réu, fixo a pena-base em 2 (dois) anos de reclusão, e na ausência de circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como, de causas de diminuição e de aumento de pena, torno a pena-base a definitiva.

'Não estando atendidos os requisitos inscritos no art. 44 do Código Penal, entendo por não proceder a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por restritiva de direitos. Publique-se, registre-se, intime-se.'"

Diante, portanto, da narrativa supra, pergunta-se:

- a) Padece a aplicação da pena privativa de liberdade de alguma falha? Fundamente a resposta.

BOA SORTE!!!

EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
22/04/2001
PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

Valor: 5,0 pontos

2ª Parte - Resposta às questões práticas

1 - Valor: 2,5 pontos

2.1 - Valor: 1,5 pontos

2.2 - Valor: 1,0 ponto

INSTRUÇÕES:

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros com perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;**
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.**

1ª Parte - PEÇA PROFISSIONAL

Determinada empresa encontra-se litigando em juízo com o Fisco Estadual acerca de valores relativos ao ICMS, que a empresa entende indevidos.

Estando em curso esse processo judicial, a empresa buscava participar de concorrência realizada em Belo Horizonte por órgão do Estado de Minas Gerais, tendo sido inabilitada. A Comissão de Licitação registrou em ata que a inabilitação deveu-se "à existência de débito para com a Fazenda Estadual, não satisfazendo a empresa o disposto no art. 29, III, da Lei 8666/93, com suas alterações".

Na mesma data em que foi inabilitada, a empresa procura-o, na qualidade de

advogado, solicitando providências judiciais que possam garantir a sua permanência no procedimento licitatório.

Elabore a petição inicial da ação de rito especial apropriada para o caso, solicitando todas as providências juridicamente cabíveis.

2ª Parte - QUESTÕES PRÁTICAS:

1. *Maria do Socorro*, tendo tomado conhecimento de que poderia se beneficiar de pensão de natureza previdenciária em face da morte de seu esposo, do qual era dependente econômica, resolveu requerê-la junto ao órgão competente do *Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)*, autarquia federal, dirigida por diretoria colegiada. Alguns meses depois de protocolizar o requerimento do referido benefício, Maria do Socorro foi informada, por correspondência simples, sem aviso de recebimento, assinada pelo próprio Ministro da Previdência e Assistência Social, que o seu pedido havia sido indeferido. Como fundamento de direito, o documento mencionava legislação, sobre a matéria promulgada apenas dez dias antes da expedição do ato administrativo. Sem compreender os motivos do indeferimento, Maria do Socorro procura-o com o seguinte questionamento, de ordem estritamente administrativa: quais vícios administrativos procedimentais podem ser apontados para invalidar a decisão que lhe negou o benefício? Fundamente sua resposta.

2. Determinado Município decretou a desapropriação de terreno de João dos Aflitos, com a finalidade de ali construir um cemitério público. João dos Aflitos não chegou a acordo com a municipalidade, por dois motivos:

a) não concorda com a desapropriação, uma vez que, segundo laudo de perícia por ele solicitada, o seu imóvel, dadas as características do terreno, não é apropriado para ser utilizado como cemitério;

b) o preço oferecido pelo Poder Público está abaixo do valor que considera justo pelo imóvel.

Você é procurado em seu escritório de advocacia por João dos Aflitos, que lhe indaga:

2.1. se é juridicamente possível impedir que a desapropriação ocorra, com base no argumento da impropriedade do bem para o objetivo almejado (cemitério) e, caso possível, qual ou quais os meios judiciais cabíveis para tentar impedir a expropriação;

2.2. na hipótese de não obter sucesso na tentativa de impedir a desapropriação, quais os meios judiciais para se buscar o recebimento de preço justo pelo imóvel.

Responda, de modo fundamentado.

EXAME DE ORDEM

2ª ETAPA

22/04/2001

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

ÁREA: DIREITO CIVIL

1ª Parte - Redação de Peça Profissional
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte - Resposta às questões práticas

1 - Valor: 1,0 ponto

2 - Valor: 1,0 ponto

3 - Valor: 1,0 ponto

4 - Valor: 1,0 ponto

5 - Valor: 1,0 ponto

INSTRUÇÕES:

- a) **Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros com perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;**
- b) **Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.**

1ª Parte - PEÇA PROFISSIONAL

João de Barro reside com sua esposa no bairro Gutierrez em Belo Horizonte, na rua Padre Ferreira, n.º 77, há mais de 10 (dez) anos. Desde que o casal se mudou para aludido endereço, utiliza-se, para ter acesso à via pública, de uma servidão de passagem por uma rua particular existente no terreno de José Pardal e sua mulher Adelina. Nada obstante José Pardal e Adelina residirem em Sete Lagoas, resolveram, sem qualquer justificativa plausível, construir um portão no ponto em que seu terreno, nesta Capital, limita-se com a via pública. Não lhe puseram, contudo, chave que impedisse o trânsito de João de Barro e esposa, os quais prosseguiram servindo-se da referida passagem do mesmo modo que sempre o fizeram.

Considerando que a construção do referido portão constitui ameaça à sua posse, já que a qualquer momento poderá ser trancado pelos donos do prédio, impedindo a utilização da servidão de passagem existente, João de Barro solicita ao seu escritório a postulação de tutela jurisdicional adequada a preservar-lhe o direito que entende ameaçado.

Elabore, pois, a petição inicial pertinente, complementando os dados fáticos necessários.

ÁREA: DIREITO CIVIL

2ª Parte - QUESTÕES PRÁTICAS:

1. Na Comarca de Caeté, o fazendeiro Antônio Justino Mendonça foi condenado criminalmente, com decisão transitada em julgado, porque, a título de vingança, adicionou veneno na ração que alimentava os animais de seu vizinho Jorgino Santana. Diante dos fatos, indaga-se: a) Tem Jorgino direito de ser indenizado pelos animais mortos? b) Em caso afirmativo, qual a ação que deve ser proposta? Justifique suas respostas.

2. Tarcísio, solteiro, sem descendentes nem ascendentes, fez há dois anos doação de um lote a seu irmão "A", no valor atual de R\$30.000,00 (trinta mil reais). Tem Tarcísio os seguintes parentes: "A" (irmão bilateral); "B" e "C" (irmãos unilaterais); "D", "E" e "F" (sobrinhos, filhos do irmão unilateral "C"); "G" e "H" (primos). Considerando que Tarcísio faleceu ontem, deixando bens atualmente estimados em R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais). Indaga-se:

- a) Haverá colação do lote doado a "A"? Por quê?
- b) Quais são os herdeiros de Tarcísio e como se fará a partilha dos bens entre eles, considerando que "C" foi afastado da sucessão em razão de sentença que reconheceu a indignidade?

3. Numa ação de indenização, o réu propôs reconvenção para pleitear compensação. Não apresentou, porém, contestação. Na fase de saneamento, o juiz decretou a extinção da ação principal porque o autor não providenciou o preparo das custas iniciais do processo. Ficará prejudicada a reconvenção? Por quê? Qual é a natureza da reconvenção?

4. A., comerciante, adquiriu, através de financiamento ofertado pelo Banco Itaú S.A., um Caminhão. Ajustou-se que o pagamento se faria em 05 prestações mensais e sucessivas no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) cada. Como garantia do

empréstimo, foi dado por **B.**, irmão de **A.**, um maquinário empregado na indústria de tecidos de que era proprietário. Qual a espécie de garantia que foi constituída? Explique. Quais as suas características principais? Que ocorrerá com o direito real de garantia se o bem adquirido (caminhão) perecer?

5. "**A**" propôs ação de anulação de um contrato com base no dolo de "**B**" que provocou gravíssimo prejuízo ao primeiro. A sentença entendeu que o dolo não estava configurado, embora houvesse, a rigor, prova suficiente para sua caracterização. Pode "**A**" manejar, com êxito, a ação rescisória? Fundamente.

BOA SORTE!!!